

Vanguarda do atraso ou atraso da vanguarda? Oswald de Andrade e os teimosos destinos do Brasil

BRUNA DELLA TORRE DE CARVALHO LIMA

São Paulo: Alameda Editorial, 2018, 286p.

*Rafael Marino**

Às tantas, em seu *No caminho de Swann*, Proust diz que a alma daqueles que perdemos podem ser achadas, presas, em objetos inanimados. Feito o autor francês, que achou essa crença razoável, é plausível apostar que, no pensamento de alguns autores, nos aproximamos da matéria brasileira e de seus (des)caminhos. Um dos intelectuais mais destacados desta seleta plêiade é Oswald de Andrade e um livro decisivo para perscrutar sua obra é *Vanguarda do atraso ou atraso da vanguarda? Oswald de Andrade e os teimosos destinos do Brasil*, da socióloga Bruna Della Torre de Carvalho Lima.

O livro em questão resulta da dissertação de mestrado de Bruna Lima, feita no Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo, e faz parte do campo de estudos sobre o pensamento político e social brasileiro. Desde uma perspectiva marxista, na qual a autora lê os textos do modernista brasileiro sobre fundo real e a realidade sobre o fundo do pensamento oswaldiano, Lima analisa um longo arco do trabalho intelectual do vanguardista brasileiro, desde os anos de 1920 até a década de 1950. Tal análise desdobra-se em quatro capítulos, acrescida de uma introdução e um prefácio feito por sua orientadora, à época, Lilia Schwarcz. Note-se, no entanto, que o livro de Bruna Lima possui um ponto focal bastante

* Doutorando em Ciência Política (FFLCH-USP). E-mail: rafael.marino50@gmail.com

claro: as figurações que a noção de antropofagia foi ganhando no pensamento de Andrade. Assim, não serão examinados textos como o *Manifesto pau-brasil* (1924), o que não se constitui numa fraqueza, visto que, ao evidenciar o desenvolvimento da categoria de antropofagia, a pesquisadora expõe as determinações principais de seu objeto.

Já no começo da obra, Lima deixa claro uma de suas principais teses para alcançar uma visão mais adequada do que seria a antropofagia oswaldiana. Para a autora, um dos marcos de leitura da antropofagia e dos textos de Andrade fora a encenação, pelo Teatro Oficina, da peça *O rei da vela*, em 1967. Um marco, dado que a leitura do diretor José Celso Martinez Corrêa se consolidou como uma passagem obrigatória para todos aqueles que quisessem se debruçar sobre os textos de Andrade. Armada destas considerações, Lima procura mostrar como havia diferenças importantes entre a obra de Oswald e a sua leitura feita nos anos 1960. O pivô deste processo é justamente a peça *O rei da vela*. Escrita em 1933, teve sua concepção impactada pelo universo político do comunismo, fazendo com que o modernismo, ali, vestisse vermelho (p.40), diferenciando-a inclusive de fases pretéritas do modernista. Assim, três seriam os elementos diferenciais mais destacados desta obra: em primeiro lugar, a ideia de que o atraso seria uma escolha das classes dominantes e não um mero elemento a ser superado, como em suas fases intelectuais anteriores; em segundo, a ideia de que, se necessário, a burguesia lançaria mão do fascismo para manter a sua dominação de classe e que apenas uma revolução proletária poderia negar isto; e, por último, a apresentação da burguesia como uma classe degenerada via sua representação como classe promíscua. A diferença do que propunha Oswald de Andrade, Zé Celso colocou em circulação outro regime estético-político: enfatizando o choque, a espinhação carnavalesca, o irracionalismo, a libertação sexual, o que reforçaria a ideia de um Oswald exclusivamente piadista e boêmio. E mais: o que era uma crítica à totalidade da sociedade capitalista no Brasil semicolonial no original, passa a ser uma crítica culturalista ao presente. Saem o ponto de vista revolucionário e o conteúdo nacionalista, presentes na obra de 1933, e entra em cena a defesa de uma modernização de costumes nos trópicos, contrária à afirmação nacional – vista como patriotada vazia. Desse giro copernicano de crítica ao elemento nacional, vê-se o surgimento de duas vias para leitura de Oswald, as quais acabam por obliterar intenções importantes do modernista: i) uma leitura exotizante, que procurava combinar elementos da cultura popular ao *hype* pop da indústria cultural, cujos representantes destacados seriam os tropicalistas, e ii) uma interpretação que veria a antropofagia como um regime abstrato de relação com a alteridade e uma política da diferença, própria a Viveiros de Castro e a João Cezar de Castro Rocha.

Seguindo outra pista, Bruna Lima intenta analisar a antropofagia tal como surgiu, no cruzamento entre os embates internos ao modernismo paulista e do debate a respeito do primitivismo no vanguardismo europeu. Naquele período, a ideia de antropofagia, antiga fantasmagoria dos colonizadores, estava no ar: lia-se a literatura dos viajantes, dadaístas, em crítica à moral burguesa, colocavam o

cannibale na ordem do dia, e Tarsila colocava em tela o que viria a ser *Abaporu*, o homem que come. Oswald lança seu *Manifesto antropófago* (1928) e nele vê-se uma unidade contraditória entre estética e política, libertação e regressão – constituindo-se como o mais dialético de seus escritos (p.122). Dialética estética, que, a um só tempo, almejava forjar um modelo de formação cultural que superasse a dualidade importada (europeia)/local (nacional) e que abrisse caminho para uma arte vanguardista radical contrária ao convencionalismo das belas artes civilizadas; e dialética política, dado que o modernista paulistano passava a história do Brasil pelo crivo do olhar dos vencidos índios antropófagos, criticando a violência colonial e a civilização de fachada. Nesse bojo, é possível entender o seu caráter libertário, cuja crítica à religião, à moral e à sexualidade recalçada, traz à baila a utopia de uma humanidade, fundada no bárbaro tecnizado desrecalcado, contrária à decadente civilização burguesa. Contudo, por se tratar de uma unidade contraditória, nota-se um caráter regressivo no manifesto, o qual revela, por exemplo, certo irracionalismo oposto às ideias e a outras “paralisias” (p.109) – matéria-prima diletta de Zé Celso – e na positivação de marcas do atraso brasileiro, tornadas saídas para as sociedades centrais. Porém, se analisados separados e sem contradições, essas facetas do pensamento oswaldiano podem ser vistas de modo unilateral.

Já nos anos de 1940, a antropofagia ganha nova roupagem pelas mãos do próprio Oswald. Torna-se visão de mundo, muda de escala, passa a ser explicação e via alternativa para a civilização mundial e não mais para a situação de ex-colônia, tentando, por vezes, ganhar forma de tese universitária. Deste modo, a ambiguidade libertação-regressão anteriormente exposta é atravessada por um processo de estabilização nos seus escritos pós-1945, pendendo para universalização ideológica do segundo termo. Nessa quadra histórica, a dialética entre o universal e o local reaparece a partir do embate entre civilização (progresso humano, *logos* e leis sociais) e cultura (patrimônio de um povo, *pathos* e folclore), levantando o problema de que, pela importação de modelos europeus, não forjamos uma cultura forte em meio às nações e não constituímos, também, uma civilização. Não obstante, apesar desta identidade não tão bem delimitada, o Brasil seria caracterizado por uma miscigenação cultural e racial, cujo primitivismo comunitário antropófago seria capaz de devorar o progresso técnico do centro capitalista e, pulando etapas, forjar um paraíso matriarcal sem classes ou pecado, calcado no homem natural tecnizado.

Portanto, o que era criticamente contraditório nos anos 1920, passa a ser mais ideológico e celebratório depois de 1940. Se, como mostra Lima, as leituras contemporâneas se esbaldaram e exponenciaram tais elementos, carnavalizando o capitalismo multicultural de hoje, cabe à crítica dialética, por ela levada a cabo, resgatar um Oswald cuja ambiguidade pode iluminar e criticar as reviravoltas antropófagas do capital nos dias de hoje.